



POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM CONTEXTO DE BARBÁRIE

Cilésia Lemos

Mestranda em Educação da linha de pesquisa Educação, Formação Humana e Políticas Públicas do PPGE/UFES. Bolsista CAPES/DS/ cilesialemos@yahoo.com.br

Resumo: No referido estudo buscamos destacar a atual conjuntura sociopolítica que a sociedade brasileira tem enfrentado em especial, o campo educacional. Destacam-se as investidas de uma agenda neoliberal e conservadora na educação, pautando uma formação esvaziada de reflexão crítica. Objetiva-se demarcar este contexto contemporâneo atravessado por retrocesso de conquistas sociais, e a educação como campo de disputas políticas.

Palavras-chave: Educação, políticas educacionais, conservadorismo, retrocessos.

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo realizar breves apontamentos que podem ajudar a elucidar a conturbada conjuntura contemporânea que a educação brasileira vivência diante de reformas emergenciais, discursos conservadores, como também, de acontecimentos sociopolíticos que afetam diretamente o campo educacional.

No Brasil, a aliança atual entre o ultraliberalismo e o ultrarreacionarismo consolidou um projeto de “[...] enfraquecimento das instituições, freando a democratização da sociedade brasileira e desconstruindo o que se avançou em direção do Estado de bem-estar social projetado pela Constituição Federal de 1988” (CARA, 2019, p. 27).

O campo da educação enfrenta um projeto político que prioriza uma agenda conservadora, de imposição de métodos pedagógicos, apresentam teses de revisionismo histórico, aplicam cortes de verbas, propõe a militarização das escolas, perseguição a professores e negação das diversidades.

Nessa lógica, para os ultraliberais, a educação é vista como uma mercadoria, um insumo econômico, um fator que impulsiona a economia (CARA, 2019). Já para os ultrarreacionários, é uma estratégia de dominação política. De uma forma ou de



outra, a experiência formativa da educação tem sido esvaziada em detrimento uma formação que atenda o mercado ou aumente alcance de sua mensagem autoritária.

Dessa forma assistimos a diferentes tipos de ataques ao campo da educação, realizados por distintas frentes conservadoras que se destacam neste cenário instável, configurado desde os acontecimentos sociopolíticos evidenciados a partir do ano de 2016. Estas ofensivas são realizadas tanto por parte do Estado, no formato de reformas educacionais emergenciais e sucateamento dos diversos níveis de ensino, como também por uma parte da sociedade civil, que aderiu a uma onda reacionária contra os avanços, que o Brasil experimentou nas últimas décadas em suas políticas educacionais (PENNA, 2019).

A atuação conjunta de representantes da sociedade civil e políticos reacionários às conquistas sociais encontrou terreno fértil com a crise institucional instaurada, a partir do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Os avanços de pautas reacionárias ocorrem desde o início da segunda gestão (2015) de Dilma, marcada por instabilidades e forte reação conservadora, e teve como ápice político o referido processo de afastamento em agosto de 2016. Já no Governo interino de Michel Temer (de maio de 2016 a 1º de janeiro de 2019), foram aprovadas várias medidas políticas que demarcam essa agenda, como: o controle dos gastos públicos pela PEC 241/55 de 2016, que alterou a constituição com limites a gastos futuros do governo federal (EC 95); a reforma trabalhista (nº13.467/2017) e a liberação da terceirização para atividades-fim, com a Lei (nº 13.429/2017) da Terceirização, entre outros.

No campo educacional, ganham destaque a Reforma do Ensino Médio, por meio da medida provisória (MP) 746º/2016 e o estabelecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2015), que impostas sem diálogo amplo com representantes do campo educacional, em especial professoras/es, pesquisadoras/es, atendeu interesses de agendas empresariais.

2. Desenvolvimento

É neste contexto de crise social e econômica que nos encontramos, marcado também por uma intensa polarização política que podem ser compreendida como



pano de fundo dos ataques às políticas de educação, com maior incidência as que tratam de gênero.

As eleições presidenciais, em 2018, foram atravessadas por diferentes debates que atingiram o campo educacional, e como estratégia política, muitos deles atrelaram a temática de gênero, ao folclórico *Kit gay*¹. Impulsionados por representantes da sociedade civil, vinculados a movimentos sociais de cunho conservador, como o *Escola sem Partido*² e de críticos da chamada *ideologia de gênero*³ acionam os dispositivos moral e costumes em defesa da “educação”.

Observa-se que os ataques às abordagens de gênero, é acometido por grupos que se identificam como defensores da família, contrários à diversidade sexual. Esses grupos como em outras manifestações sociais, buscam legitimar e confirmar seus posicionamentos políticos e morais através da tentativa de re-naturalizar comportamentos, práticas e condutas. (JUNQUEIRA, 2019, p.139).

Neste aspecto, a educação virou arena de disputas e alvo de setores conservadores que “[...] professam uma escola que não ensine que não discuta e que não reflita sobre os problemas sociais, filosóficos e científicos” (BEZERRA; LINARES, 2019, p.129). Eles deliberam, para o conjunto da sociedade, em especial para a categoria docente, os operadores diretos da educação, aquilo que consideram ser sua função formativa, a prática pedagógica, o currículo, o que enfim, deve-se ou não ensinar em sala de aula. Adquirindo “novos” contornos, totalmente estranhos ao que se vislumbrava para a sociedade, em termos de políticas públicas.

Essas políticas não se restringem somente ao entendimento e a finalidade da educação. Ela ameaça a liberdade de ensinar, que tem sido policiada desde o avanço das pautas conservadoras. Através da atuação de representantes dessas

¹ Expressão pejorativa dada ao Projeto Escola sem Homofobia proveniente do Programa Brasil sem Homofobia de 2004 promovido pela SECAD/MEC.

² O movimento ESP surgiu em 2004, a partir da criação de um sítio eletrônico (site) na Internet, por iniciativa pessoal de Miguel Nagib, advogado e procurador do estado de São Paulo com intuito de fiscalizar e denunciar práticas de supostas doutrinações ideológicas nas escolas brasileiras. Mais informações ver PENNA (2016, 2017, 2018), MOURA (2016).

³ Segundo Junqueira (2019), a expressão “ideologia de gênero” é resultado de uma retórica antifeminista e contrária aos avanços das pautas sobre diversidades sexuais e de gênero e a ameaça à família heterossexual como responsável pela origem das sociedades, e o casamento (hetero) como fundamento da harmonia social (JUNQUEIRA, 2019, p.136).



concepções, em nossas diversas casas legislativas, e hoje também, na fala de diferentes figuras públicas estes discursos têm ganhado cada vez mais espaços: “O caráter conservador, e com elementos fascistas, das relações sociais atuais tendem a ampliar o controle material e político da educação, portanto, do trabalho educativo” (CATINI, 2019, p.33).

Nesse contexto atual de barbárie, se assim poderemos denominar este momento de desarticulação do Estado de bem-estar social que estávamos vivenciando. Como resultado destas medidas, temos um “[...] esfacelamento dos sistemas públicos de ensino, rebaixamento da formação escolar dos mais pobres, desqualificação da atividade docente, redução do financiamento público, pauperização das escolas e ampliação dos processos de privatização” (CÁSSIO, 2019, p.17).

Assim, diante dos debates superficiais e homogeneizadores, relativos à temática educacional, os contornos de barbárie têm se delimitado a partir de investidas sutis, tais como discursos falaciosos (ideologia de gênero), projetos de leis (Escola sem Partido), contingenciamento (cortes) nos orçamentos destinados à manutenção instituições (universidades e institutos) federais de ensino, além dos ataques diretos às ciências, em geral, especificamente às humanidades, particularmente a filosofia, sociologia, história, literatura e as artes.

Estas concepções têm estabelecido um campo de tensão a partir de uma agenda antidemocrática, que priva o debate e caminha na direção contrária às políticas públicas pautadas em preceitos democráticos, de caráter igualitário, laico, universal e de qualidade, que tenha como horizonte uma proposta de formação além da instrumentalização profissional.

A compreensão de educação apenas como processo de escolarização fundamentada em uma lógica técnico-instrumental, de mera divulgação de conhecimentos e técnicas, define e reduz a dimensão pedagógico-educativa à apenas aquilo que se deve ou não ser ensinado. Desconsidera-se, nessa perspectiva, que o ato de ensinar contém de maneira implícita o ato de educar.

O cenário é de ameaças e de retirada de direitos sociais, além do constante patrulhamento e vigilância, nas escolas. Entrementes, essa “onda conservadora”



encontrou um ambiente propício para difundir e dar voz a estas posições tidas como superadas (BEZERRA, LINARES, 2019), hoje expressas em campanhas de difamação contra atuantes da área da educação e direitos humanos, materializadas nas supressões e censuras das políticas educacionais voltadas para a diversidade sexual e gênero.

Os “ultraconservadores” a partir de diferentes formas de atuação têm criado e disseminado um estado de pânico moral e ideológico, um falso estado de alerta contra uma suposta doutrinação em todos os níveis educacionais do país (CÁSSIO, 2019). Com espaço nas mídias sociais da internet, difundem seus discursos, e a partir de diferentes intervenções (políticas) no campo da educação tentam impor a “[...] violência como currículo e ódio como pedagogia” (CÁSSIO, 2019, p.18).

Dessa forma, mesmo com estas propostas não positivadas em políticas, pois muitos projetos de lei já foram barrados⁴, e alguns em tramite inconstitucional, influenciam e impacta o cotidiano escolar, instaurando um clima de policiamento que desautoriza o docente (FRIGOTTO, 2018).

3. Considerações finais

Diante do exposto, delimitar ações para conter e frear este contexto é primordial. É preciso, por meio de um amplo projeto de educação democrática, enfrentar essas ameaças reacionárias e encarar os retrocessos vividos em todos os âmbitos da vida social, em especial no campo educacional; formular uma pauta em defesa da escola pública; aproveitar este contexto de crise para criarmos oportunidades de enfrentamento e lutas. Fernando Penna (2018, p. 113), destaca que não existe uma definição de educação democrática “[...] justamente por que ela só pode ser construída politicamente frente os desafios e ameaças característicos de cada contexto histórico”.

Neste sentido, identificado às especificidades do momento, precisamos encarar a educação como uma forma de se contrapor (dentre as diversas

⁴Ver tabela da situação de projetos de leis que versam sobre o ESP no país. In: MOURA, Fernanda. Disponível em: <<https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2018/03/tabela-1-panorama-do-escola-sem-partido-no-brasil-1.pdf>>.



possibilidades), ao invés de, simplesmente, afirmar ou reafirmar esse contexto. Mais que isso, reiterar aspectos que estão sendo negados, como propósito de fortalecimento da democracia. Para o enfrentamento destas investidas é preciso assumir um compromisso diante esses discursos reacionários às conquistas e avanços que experimentamos socialmente desde a redemocratização. Contrapondo esses discursos que deslegitimam a pluralidade, e desconsideram sua contribuição no campo da educação, e conseqüentemente para a sociedade. A educação encontra-se em campo de batalha, e neste contexto, para efetivar mudanças, percepções e mentalidades, é imprescindível a resignificação de seus objetivos e a não reprodução e perpetuação de desigualdades.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, J. E. B. LINARES, A. Obscurantismo contra a liberdade de ensinar. In: CASSIO, F.(Org.) Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1 ed. SP: Boitempo, 2019.

CÁSSIO, F. (Org) Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1 ed. SP: Boitempo, 2019.

CARA, D. Contra a barbárie, o direito à educação. In: CASSIO, F.(Org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1 ed. SP: Boitempo, 2019.

CATINI, C. Educação e empreendedorismo da barbárie. In: CASSIO, F.(Org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1 ed. SP: Boitempo, 2019.

FRIGOTTO, G. A disputa da educação democrática em sociedade antidemocrática. Educação democrática: antídoto ao escola sem partido. RJ.UERJ, LPP, 2018.

JUNQUEIRA, R. D. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CASSIO, F (Org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1 ed. SP: Boitempo, 2019.

PENNA, F. O discurso reacionário da defesa de uma “escola sem partido”. In: O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil. E. S. GALLEGO (Org). SP: Boitempo, 2018.